



---

# FORMAS E IMAGENS DA CIDADE ANTIGA

---

BELCHIOR MONTEIRO LIMA NETO  
ÉRICA CRISTHYANE MORAIS DA SILVA  
GILVAN VENTURA DA SILVA  
ORGANIZADORES



---

# FORMAS E IMAGENS DA CIDADE ANTIGA

---

BELCHIOR MONTEIRO LIMA NETO  
ÉRICA CRISTHYANE MORAIS DA SILVA  
GILVAN VENTURA DA SILVA  
ORGANIZADORES

BELCHIOR MONTEIRO LIMA NETO  
ÉRICA CRISTHYANE MORAIS DA SILVA  
GILVAN VENTURA DA SILVA  
(ORGANIZADORES)

# FORMAS E IMAGENS DA CIDADE ANTIGA



EDITORA MILFONTES

VITÓRIA  
2020



## EDITORA MILFONTES

Av. Adalberto Simão Nader, 1065, sala 302, Vitória/ES  
Compra direta e fale conosco: [www.editoramilfontes.com.br](http://www.editoramilfontes.com.br)  
Distribuição nacional em: [www.amazon.com.br](http://www.amazon.com.br)  
[editor@editoramilfontes.com.br](mailto:editor@editoramilfontes.com.br)  
Brasil

### Editor chefe

Bruno César Nascimento (Ufes)

### Conselho editorial

- Prof. Dr. Alexandre de Sá Avelar (UFU)
- Prof. Dr. Arnaldo Pinto Júnior (Unicamp)
- Prof. Dr. Arthur Lima de Ávila (UFRGS)
- Prof. Dr. Cristiano P. Alencar Arrais (UFG)
- Prof. Dr. Diogo da Silva Roiz (UEMS)
- Prof. Dr. Eurico José Gomes Dias (Universidade do Porto)
- Prof. Dr. Hans Ulrich Gumbrecht (Stanford University)
- Prof. Dra. Helena Miranda Mollo (Ufop)
- Prof. Dr. Josemar Machado de Oliveira (Ufes)
- Prof. Dr. Julio Bentivoglio (Ufes)
- Prof. Dr. Jurandir Malerba (UFRGS)
- Prof. Dra. Karina Anhezini (Unesp)
- Prof. Dra. Maria Beatriz Nader (Ufes)
- Prof. Dr. Marcelo de Mello Rangel (Ufop)
- Prof. Dra. Rebeca Gontijo (UFRRJ)
- Prof. Dr. Ricardo Marques de Mello (Unespar)
- Prof. Dr. Thiago Lima Nicodemo (Uerj)
- Prof. Dr. Valdei Lopes de Araújo (Ufop)
- Prof. Dra. Verónica Tozzi (Univerdidad de Buenos Aires)



## COLEÇÃO 'LUX ANTIQUITATIS'

### **Diretores da coleção 'Lux Antiquitatis'**

Prof. Dr. Gilvan Ventura da Silva (Ufes)  
Profa. Dra. Érica Cristhyane Morais da Silva (Ufes)

### **Conselho editorial**

Prof. Dr. Alexandre Carneiro Cerqueira Lima (UFF)  
Profa. Dra. Ana Teresa Marques Gonçalves (UFG)  
Prof. Dr. Belchior Monteiro Lima Neto (Ufes)  
Profa. Dra. Claudia Beltrão da Rosa (UNIRIO)  
Prof. Dr. Fábio de Souza Lessa (UFRJ)  
Prof. Dr. Fábio Duarte Joly (Ufop)  
Profa. Dra. Margarida Maria de Carvalho (Unesp)  
Profa. Dra. Norma Musco Mendes (UFRJ)  
Prof. Dr. Renan Frighetto (UFPR)  
Prof. Dr. Thiago Eustáquio Araujo Mota (UPE)

© 2020 Editora Milfontes

© 2020 Os autores

Todos os direitos reservados. A reprodução de qualquer parte da obra, por qualquer meio, sem autorização da editora, constitui violação da LDA n° 9.610/98.

*Revisão e normas*

Os autores

*Projeto gráfico, capa e editoração eletrônica*

João Carlos Furlani

*Imagem da capa*

Mosaico policromático de pavimento representando Jerusalém, nomeada como *hagia polis*. O painel se encontra instalado na nave central da Igreja de São Estêvão, em Umm Er-Rasas, atual Jordânia. Sua confecção remonta ao período bizantino (século VIII).

*CTP, impressão e acabamento*

GM Gráfica e Editora

---

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

---

L732 Formas e imagens da cidade antiga / Belchior Monteiro Lima Neto; Érica Cristhyane Moraes da Silva; Gilvan Ventura da Silva (Organizadores). - Vitória: Editora Milfontes, 2020. (Coleção *Lux Antiquitatis*).  
316 p.: 20 cm.: il.

Inclui bibliografia.

ISBN: 978-65-86207-10-1

1. Civilização Clássica. 2. Cidade. 3. Sociabilidades. 4. Espaço. I. Lima Neto, Belchior Monteiro. II. Silva, Érica Cristhyane Moraes da. III. Silva, Gilvan Ventura da.

---

CDU: 94(37)

---

# Sumário

- Apresentação 9  
*Os organizadores*
- Arquitetura doméstica e moralidade: uma leitura da  
*Mostellaria*, de Plauto 11  
*Claudia Beltrão da Rosa*
- In festiuo loco*: observações sobre o teatro e a audiência na  
época de Plauto 33  
*José Guilherme Rodrigues da Silva*
- A arquitetura romana entre a Arqueologia e a obra de  
Vitruvius: o exemplo do teatro romano de *Bracara Augusta* 61  
*Manuela Martins*
- A cidade entre duas *arcas*: topografia e identidade na Roma  
augustana 91  
*Thiago de A. L. C. Pires*
- Forma, função e uso dos espaços domésticos na cidade  
antiga: as *domus* da Hispânia romana 117  
*Fernanda Magalhães*
- Urbanismo romano no Norte da África: considerações a  
partir da documentação arqueológica 145  
*Maria Cristina Nicolau Kormikiari*

A construção do espaço como estratégia política: a romanização da paisagem urbana de Lepcis Magna (sécs. I a.C.-II d.C.)	173
<i>Belchior Monteiro Lima Neto</i>	
O platô de Dafne na Antiguidade Tardia: os usos do espaço e a relação com a <i>asty</i> de Antioquia de Orontes	201
<i>Érica Cristhyane Morais da Silva</i>	
Constantinopla além do Império Bizantino: a formação de uma capital (séc. IV)	231
<i>João Carlos Furlani</i>	
A rua e suas funções na cidade pós-clássica: algumas reflexões sobre o caso de Antioquia (351-450)	265
<i>Gilvan Ventura da Silva</i>	
<i>Bracara</i> e a cristianização das cidades ocidentais na Antiguidade Tardia, algumas reflexões	293
<i>Francisco Andrade e Luís Fontes</i>	
Sobre os autores	315



# Forma, função e uso dos espaços domésticos na cidade antiga: as *domus* da Hispânia romana\*

Fernanda Magalhães

## Introdução

O conhecimento que hoje possuímos sobre o modo de vida romano está intimamente relacionado com o estudo das cidades, impulsionado pelas importantes contribuições provenientes da Arqueologia Urbana, que têm permitido renovar o saber relativo ao universo urbano provincial. Neste sentido, é importante destacar o desenvolvimento dos estudos relativos à arquitetura romana, que têm vindo a proporcionar novos dados sobre a organização urbanística das cidades romanas, mas também sobre a sua economia, ou sobre os processos e ritmos de aculturação sofridos pelas diferentes regiões do Império. Por outro lado, é importante aludir ao desenvolvimento que se vem registando no estudo da arquitetura doméstica, que progressivamente vem desfocando da análise estritamente tipológica das habitações, que dominou o panorama da investigação relativa à casa romana, para se centrar na análise dos processos construtivos, na abordagem social do uso diferencial

---

\* Este capítulo foi elaborado no âmbito do projeto *Usos do espaço na cidade antiga*, financiado pelo Convénio FCT-CAPES, submetido ao concurso 2019-2020, desenvolvido em cooperação entre a Ufes e a Universidade do Minho.

dos espaços e, mais recentemente, nos custos da construção e na natureza social e económica dos seus proprietários.

Assim, podemos considerar que muito se evoluiu em termos de investigação desde que as casas das cidades soterradas pelo Vesúvio começaram a atrair as atenções dos colecionadores e antiquários, os quais se interessavam sobretudo pelas suas pinturas e objetos ornamentais, que retratavam a riqueza e o modo de vida das elites que eram referidas nas fontes escritas. Para essa mudança, contribuiu o desenvolvimento de novos paradigmas teóricos e metodologias de abordagem, que afetaram a Arqueologia Clássica a partir da década de 70 do século passado, os quais permitiram que se lançasse um novo olhar sobre a arquitetura romana. Esse novo olhar foi muito promovido pelo avanço dos conhecimentos sobre a casa pompeiana, que viria a demonstrar que a casa de átrio, considerada durante longas décadas como a típica casa romana, mais não era do que o resultado de uma enorme diversidade compositiva dos espaços domésticos, muito abertos a adaptações e aos constrangimentos impostos pelo próprio desenvolvimento urbanístico das cidades itálicas. Uma vez ultrapassado o mito da existência de uma clássica *domus* romana, as investigações diversificaram-se e abriram-se a novas problemáticas de abordagem, de ordem funcional e social, evolução a que também não foi alheio o contributo da Arqueologia Urbana, que permitiu trazer ao debate um maior número de casas romanas recuperadas pelas escavações realizadas em diversas cidades das várias províncias do mundo romano.

Neste quadro de renovação da base empírica de trabalho, pautado pelas novas cidades descobertas pela Arqueologia e por novos olhares sobre essa realidade, cabe fazer referir o contributo da análise antropológica e dos estudos sociais no discurso histórico, que se generalizaram a partir da década de 80 do século XX, os quais conferiram à arquitetura doméstica

romana um contexto privilegiado para exercitar a História Social. Mas os novos modelos de análise foram sobretudo ensaiados nas cidades italianas de Pompeia, Herculano e Óstia, devido à particular conservação das mesmas, fato que tem vindo a favorecer a diversificação das investigações, nem sempre facilmente aplicáveis a outros contextos arqueológicos.

Assim, a historiografia recente relativa ao estudo da casa urbana é muito devedora tanto dos novos estudos sobre as cidades melhor preservadas da Itália, como do contributo fornecido pela Arqueologia Urbana, a qual contribuiu de forma decisiva para a compreensão do processo de difusão e fixação dos modelos de casa itálica e respetiva evolução nos diferentes centros urbanos que integravam o Império. Na verdade, se o conhecimento que possuímos hoje sobre a casa urbana romana é muito devedor da evolução historiográfica recente e da sofisticação das técnicas de escavação e registo, é igualmente digno de nota o alargamento do horizonte espacial e temporal das cidades romanas, sobretudo na zona mais ocidental do Império, que permitiu restituir, nas últimas quatro décadas, um painel significativamente mais diversificado do urbanismo e das expressões de arquitetura pública e privada nas cidades provinciais. É esse painel que nos permite compreender como os modelos itálicos foram assimilados e reinterpretados nos diferentes territórios que compuseram o Império, expressando processos de adaptação topográfica, construtiva e identitária.

Desta forma, pretendemos analisar a implantação e o desenvolvimento da casa romana de elite na Hispânia, entendendo esse fenómeno como um contexto de representação identitária dessa nova aristocracia, cuja constituição deu-se no âmbito da presença e do controlo romano no território peninsular, iniciada nos finais do século III a.C., e cuja completa e definitiva anexação ao Império só se veio a realizar no tempo de Augusto.

## A integração dos modelos itálicos nos contextos indígenas

A conquista romana da Península Ibérica fomentou diversas alterações urbanísticas e culturais nas diferentes regiões que integraram o vasto território hispânico, sujeitas a contactos diferenciados com o mundo romano ao longo dos últimos séculos da República. Essas alterações fizeram-se presentes tanto por meio da implantação de novas cidades ao longo da costa do Mediterrâneo e dos grandes rios navegáveis da Península Ibérica, como o Ebro, o Guadiana e o Guadalquivir, que acompanharam o processo de expansão romana, como por via das alterações urbanísticas e arquitetônicas que algumas cidades fundadas anteriormente ao domínio romano vão conhecer, as quais se afastaram paulatinamente dos gostos e modelos de organização de origem fenícia, grega e púnica, que deixaram marcas nesses territórios, anteriormente ao desembarque dos romanos em Ampúrias, em 218 a.C. Os novos modelos, ou as novas influências, tiveram como inspiração a rica gramática arquitetônica desenvolvida nas cidades tardo-republicanas da Itália, as quais, por sua vez, aplicavam aos espaços arquitetônicos residenciais um léxico variado, fruto das influências e dos profundos contactos que Roma teve com diversos povos mediterrânicos desde muito cedo. Cabe destacar nessa inspiração as cidades da Magna Grécia e dos reinos helenísticos do Oriente, cujas habitações reservavam amplos salões à recepção de visitantes e à realização de *symposia*, os quais eram sumptuosamente decorados e revestidos com mármore policromáticos e ricos mosaicos com variados temas (PESANDO, 1987; NEVETT, 1999).

Nas cidades da Península Ibérica, essa linguagem foi aplicada em crescente escala ao longo do período tardo-republicano, em contextos habitacionais de cidades como *Ampurias*, *Baetulo*, *Tarraco*, ou *Celsa Sulpicia*, sendo os proprietários

das habitações presumíveis cidadãos romanos, ou libertos destacados para esses locais, como parece acontecer com a “Casa C”, na Ínsula I, de *Celsa*, cujo *dominus* terá sido *L. Licinius At(ico)*, talvez um liberto de *L. Licinius Sura*, um magistrado monetário daquela cidade (BELTRÁN LLORIS, 1991, p. 148-149).

Em *Ampurias*, como está documentado nas Casas 1 e 2, duas das maiores habitações conhecidas daquela cidade, foram criados novos espaços de representação durante os inícios do século I, que funcionaram como novas estruturas de organização e distribuição dos compartimentos. Os grandes *horti* que essas habitações possuíam, os quais formalizavam verdadeiros logradouros dessas casas, recebem um corredor ao redor das áreas abertas, criando-se assim novos peristilos, ao mesmo tempo que são construídas mais salas de representação, estas cada vez mais sumptuosas, como os grandes *oeci* identificados em ambas as habitações (MAR; RUIZ DE ARBULO, 1993, p. 390-397).

Dentro do território da *Hispania Tarraconensis*, cabe destacar, ainda, a colônia *Iulia Fauentia Paterna Barcino*, fundada por Augusto nos finais do século I a.C., que rapidamente atingiu uma posição de destaque, tendo alguns de seus habitantes ascendido à ordem senatorial, como aconteceu com os *Minicii Natales* (BELTRÁN DE HEREDÍA, 2001; GARCÍA-ENTERO, 2005, p. 201). Por exemplo, a “*domus* de Sant Iu” apresenta um projeto arquitetônico que corporiza a implantação de um peristilo de grandes dimensões, o qual veio a receber um *lacus* numa reforma posterior. Nessa casa foi ainda possível identificar parte do programa decorativo, o qual contemplava o revestimento de diversas superfícies com mosaicos policromáticos e temas florais, para além de pinturas sobre os rebocos das paredes e uma possível fonte a meio do *uiridarium* do peristilo (CORTÉS VICENTE, 2009, p. 272-279).

Esse processo de difusão da linguagem arquitetônica itálica foi também observado em outros aglomerados de origem

diversa, mas que acolheram populações de origem romana, os quais acabaram por influenciar o modo de vida e os gostos das comunidades indígenas. Esse foi o caso dos povoados de origem pré-romana, onde habitavam populações locais, cuja relação com Roma durante a República nem sempre foi pacífica, quer na área ibérica da Península, sensivelmente a Sul e Sudeste, quer na chamada área céltica, a qual recobriria aproximadamente o centro e as costas cantábrica e atlântica. Trata-se de duas regiões culturais da Península Ibérica que apresentam identidades diferenciadas e comportamentos distintos na sua relação com Roma. Assim, na área ibérica incluem-se alguns povos com um longo histórico de comunicação com o litoral mediterrânico, enquanto a zona céltica do interior da Península Ibérica, ou a área litoral norte atlântica e cantábrica, se caracterizam pela sua tardia relação com Roma, em grande medida apenas conseguida após as campanhas de Bruto, em 137 a.C., e em alguns casos somente após as guerras cantábricas, depois de 19 a.C., eventos que assinalaram o longo processo de conquista da Hispânia.

Esse fenómeno pode ser observado a nível dos povoados ibéricos desde os primeiros momentos da conquista romana, tendo as suas populações tido um papel central no próprio domínio romano da Hispânia, seja pela sua aceitação inicial, ou após conflitos bélicos, ou pela associação das suas elites a Roma, tornando-se aliadas e com claros interesses em conseguir manter as suas posições de destaque por meio da ocupação de cargos políticos, administrativos, económicos e religiosos enquadrados nas novas lógicas sociais que se impunham com a presença romana (ALFÖLDY, 1966; 1969; 1973; 1977). Este processo fez-se acompanhar de uma crescente alteração das habitações, que passaram a adotar os modelos itálicos com a consequente reprodução do léxico arquitetónico das casas de elite tardo-republicanas (GROS, 2006).

Assim, concomitantemente ao desenvolvimento das soluções locais de habitações dos povoados da Idade do Ferro da Península Ibérica, observam-se mudanças no modo de construir e organizar as casas, que replicam os modelos produzidos em Itália, oferecendo paralelos e exemplos nas cidades romanas de toda a Hispânia (Figura 1).

**Figura 1** – 1. Planta da unidade habitacional 2 e 3 do setor 16 na Citânia de Briteiros; 2. Vista geral da casa de pátio 2 e 3 na Citânia de Briteiros



Fonte: Magalhães (2019)

O NO da Península Ibérica, por sua vez, foi tardiamente integrado no Império, o que só viria a acontecer a partir de 19 a.C., no fim das guerras cantábricas, situação que claramente proporcionou diferentes realidades sociais, políticas, económicas e urbanísticas, associadas às populações que habitavam a região, agrupadas, *grosso modo*, na chamada “cultura castreja” (SILVA, 1986), com as devidas e necessárias ressalvas à aplicação desse termo, conforme vem sendo sugerido por vários autores (MARTINS, 1990; GONZÁLEZ RUIBAL, 2006-2007; CRUZ, 2018).

A assimilação das linhas de força que definem as habitações de modelo itálico pelas populações indígenas da *Hispania* documenta parte das ações desenvolvidas pelas elites como estratégia para atrair a atenção dos romanos e assinalar a sua aceitação do seu domínio, criando as condições para estabelecer relações de clientela e pactos de *amicitiae* ou *patronatus/hospitalitatis*. Nesse sentido, a utilização da linguagem arquitetónica desenvolvida em Itália no período tardo-republicano deverá ter constituído um importante modo de demonstrar o interesse das relações entre indígenas e romanos e entre dominados e agentes de autoridade, tal como aconteceu também com o uso do latim, que serviu à negociação identitária das populações indígenas e à reconfiguração das relações de poder nos novos contextos que são potenciados pela montagem da máquina administrativa romana nos novos territórios conquistados (SASTRE, 2002).

Os modelos culturais, designadamente a ideia de “casa”, foram trazidos de modo natural pelos emigrantes de Roma e da Itália, cuja expectativa seria a de conseguirem uma casa de prestígio na Hispânia romana, como expressão de reconhecimento de um estatuto social que não conseguiam alcançar nas suas terras de origem.

### **A casa romana no contexto das cidades planificadas do tempo de Augusto**

As casas romanas eram distintas umas das outras, principalmente por conta das escolhas e dos gostos dos proprietários, existindo também alguns fatores externos, de natureza urbanística, que condicionavam os projetos, na hora de conceber os espaços do interior das habitações. Referimo-



nos sobretudo às cidades em que o plano fundacional previa a implantação de quarteirões com pórticos na sua envolvente, as quais se encontram bem representadas na *Hispania*, constituindo um dos traços mais característicos da implantação romana de novas cidades. Trata-se de cidades com urbanismo ortogonal, com ruas porticadas, previstas logo desde a sua origem, como parece acontecer em *Augusta Emerita*, *Complutum* e *Bracara Augusta*, onde a presença contínua de pórticos ao longo das ruas condicionou o perímetro dos quarteirões, a regularidade da distribuição dos lotes, bem como a forma das casas. Contudo, nas três cidades referidas, verifica-se que os particulares chegam a apropriar-se dos pórticos em momentos em que as casas necessitam de mais área construída, como acontece em *Bracara Augusta* nos finais do século III/inícios do IV, quando, devido à promoção da cidade à capital da nova província da *Galaecia*, as *domus* são praticamente todas remodeladas (MARTINS *et al.*, 2016).

A capital da província da *Lusitania*, a colónia *Augusta Emerita*, foi fundada em 25 a.C., nas margens do rio Anas, hoje chamado rio Guadiana, tendo sido povoada pelos soldados veteranos das legiões *V Alaudae* e *X Gemina*, ambas combatentes nas guerras cantábricas, onde lutaram com mais cinco legiões e respetivas tropas auxiliares, sendo possível que um pequeno contingente de licenciados da legião XX tenha também participado na fundação da colónia (FARIA, 1998).

A cidade possuía um traçado ortogonal identificado a partir do estudo dos vestígios provenientes das sucessivas décadas de escavações que se realizaram um pouco por toda a atual Mérida. Trata-se de uma malha com *cardines* e *decumani* retilíneos que conformam quarteirões quadrados e retangulares, denotando certa hierarquia do corpo cívico da cidade, a qual teve reflexo nas diferentes dimensões dos lotes das habitações que neles serão implantados.

A arquitetura residencial emeritense caracteriza-se pela adaptação dos modelos itálicos à forma das parcelas em que foram implantadas. Assim, acontece com a “Casa 6 da Mouraria”, localizada na *regio* III, que apresenta uma planta com forma quase quadrada, ocupando uma área de cerca de 1000m<sup>2</sup>, metade da qual foi reservada a *tabernae* abertas ao cardo que corria a nascente da casa. Tendo em conta o espaço reduzido onde esta habitação foi implantada, parece aceitável admitir que possuía um segundo piso. Cabe também destacar a adequação dos espaços internos da casa em relação à forma do lote. Esses espaços seriam tendencialmente quadrados, como acontece com o peristilo, que possui três colunas em cada lado do jardim, o que lhe confere uma regularidade, também reproduzida no *ambulacrum*. Nas reformas posteriores, a habitação avançou sobre o pórtico adjacente ao *decumanus*, localizado a Norte, o que permitiu a ampliação do espaço interno e a instalação de um balneário (CORRALES ÁLVAREZ, 2014, p. 837-840). Esse fenómeno do avanço das casas sobre os pórticos, resultando na privatização de um espaço que anteriormente era público, está patente em diversas casas da colónia, estando sobretudo bem documentado na área da Mouraria, onde algumas das habitações avançaram além dos passeios cobertos, tendo ocupado parte das vias ou mesmo encerrando-as (SÁNCHEZ BARRERO, 2007).

Por sua vez, *Complutum* foi um *municipium* romano implantado na zona de confluência dos rios Henares e Camarmilla, cuja fundação terá ocorrido em época augustana, tendo conhecido o primeiro projeto de urbanização ao longo do período júlio-cláudio.

O plano fundacional complutense evidencia a estruturação de uma malha urbana ortogonal que conformava quarteirões regulares, sendo aqueles incluídos nas *regiones* I e IV, as mais próximas à confluência dos rios, com formato

retangular, enquanto os demais apresentam forma quadrada, com 1 *actus* de lado (RASCÓN MARQUÉS; SÁNCHEZ MONTES, 2014, p. 309-312). Apesar das ligeiras diferenças formais e dimensionais entre os quarteirões das *regiones* das partes nascente e poente da cidade, é possível reconhecer um projeto urbanístico que previa a construção de pórticos ao longo das vias, os quais estariam associados à proteção contra as intempéries climáticas do centro peninsular (RASCÓN MARQUÉS; SÁNCHEZ MONTES, 2017, p. 129), mas que também serviu para dar uma unidade paisagística à cidade. Os pórticos terão igualmente influenciado as soluções e as formas arquitetônicas das habitações.

Em *Complutum*, a localização das habitações influenciou a disposição do elemento distribuidor, como se verifica nas chamadas “Casa de los Grifos” e na “Casa de Baco”, que ocupavam a totalidade dos quarteirões em que se implantaram (Figura 2). Trata-se de *domus* de peristilo centrado, cujos espaços adjacentes aos pórticos foram utilizados para a instalação de *tabernae*, ou para acomodar grandes salas de representação, aproveitando-se assim os eixos das colunatas dos jardins e as perspectivas de simetria e axialidade que eles criavam (SÁNCHEZ MONTES, 2011, p. 174-176). Por outro lado, ao analisarmos a “Casa del Átrio” e a “Casa de la Lucerna de la Máscara Trágica”, verificamos que os espaços organizadores das habitações não são centrados, mas sim traseiros, facto a que não será alheia a circunstância dessas casas ocuparem, respetivamente, um quarto e meio quarteirão, o que reduziu significativamente a área disponível para implantar os seus compartimentos, pelo que foi necessário recuar o espaço aberto e sacrificar parte de seu *ambulacrum*, mas mantendo a sua função ordenadora (Figura 2) (SÁNCHEZ MONTES, 2011, p. 178).

**Figura 2** – Planta da cidade de *Complutum* com a identificação das *domus* de átrio, peristilo e pátio



Fonte: Magalhães (2019)

No conjunto do NO da Hispânia, podemos observar processos semelhantes aos registrados no urbanismo e arquitetura de *Augusta Emerita* e *Complutum*, com destaque para *Bracara Augusta*, cidade fundada entre 15/13 a.C., que conheceu a primeira fase de urbanização entre Augusto e o período júlio-cláudio. No entanto, as suas primeiras casas de elite parecem começar a ser construídas a partir de meados do século I,

intensificando-se a sua construção na época flávia. Os dados disponíveis sobre o seu urbanismo, fruto dos mais de 40 anos de escavações sistemáticas, assinalam uma cidade cujo plano fundacional estabelecia uma malha ortogonal, na qual os eixos viários principais apresentam uma largura de 24 pés (7.24m), enquanto os demais apresentam metade desse valor. Os quarteirões, exclusivamente quadrados, possuem cerca de 144 pés (42.76m) de lado e apresentam-se envolvidos por pórticos com cerca de 12 pés (3.12m) de profundidade, o que conformava um espaço construído no interior dos quarteirões de cerca de 1 *actus* (120 pés ou 35.52m) (MARTINS *et al.*, 2017).

O parcelamento dos quarteirões de *Bracara Augusta* parece ter dado origem a lotes retangulares que ocupavam meio quarteirão, que corresponde ao menor valor que podemos atribuir às unidades domésticas conhecidas. Algumas das habitações identificadas na cidade ocuparam a totalidade da área edificável dos quarteirões, ou metade dessa área, o que permite concluir da diversidade formal e dimensional das *domus*. Os quarteirões associados às zonas arqueológicas da Escola Velha da Sé/rua Frei Caetano Brandão n<sup>os</sup> 166-168 e rua Afonso Henriques n<sup>os</sup> 42-56 documentam a existência de duas *domus* contíguas, construídas na época flávia. Por outro lado, ao observarmos outras zonas arqueológicas da cidade, como a das Carvalheiras, das Cavalariças, ou a do Ex-Albergue Distrital, verificamos a existência de habitações que ocupavam a totalidade dos quarteirões, a que correspondiam áreas significativas.

A análise destes exemplos permite perceber uma íntima relação entre as casas e as cidades com projetos urbanísticos que previam a implantação de espaços porticados em redor dos quarteirões, elementos que, apesar de estarem ligados à proteção das áreas pedonais e que serviam ao comércio e às atividades que se desenrolavam nas lojas, acabaram por criar uma paisagem

urbana associada à presença das colunatas que acompanhavam as ruas, marcando a cidade com um ritmo homogêneo. Desta forma, criavam-se espaços abrigados, propícios para a circulação de pessoas e para a realização de atividades económicas que ocorriam nas *tabernae*, rasgadas nas fachadas das casas, em espaços profundamente marcados pelo ritmo das colunas, sempre omnipresentes.

Uma vez que os proprietários das habitações participavam na elaboração dos projetos arquitetónicos e decorativos que deram origem às grandes *domus* implantadas nas cidades do Império, podemos associar a incorporação de elementos que compunham o cenário urbano no interior das habitações, como a projeção do externo/público e do interno/privado, através da qual os proprietários procuravam projetar as suas posições de controlo da vida cívica das cidades, a sua riqueza, oriunda da terra, mas também do comércio e o seu estatuto que resultaria dos cargos que ocupariam na administração local, conventual ou provincial. Na verdade, o *continuum* causado pela centralidade das entradas das habitações em relação ao intercolúnio das colunatas dos pórticos induzem à participação dos proprietários nas atividades públicas da cidade, sendo o prolongamento do exterior para o interior (e vice-versa) reiterado pelos *uestibula* alinhados com os peristilos ou átrios porticados, espaços que também recorriam às colunatas e, desta forma, também reproduzem o ritmo das paisagens urbanas (WALLACE-HADRILL, 2015).

### **A *domus* como conjunto de espaços interrelacionados e identitários**

Os exemplares de arquitetura doméstica descobertos por toda a Hispânia documentam uma forte influência da gramática

arquitetónica produzida e desenvolvida na Itália e uma grande diversidade de usos desse léxico, aplicado em diferentes soluções compositivas. Longe de estabelecer tipologias fechadas e restritivas, os modelos itálicos foram constantemente emulados, mais do que reproduzidos ou imitados, de acordo com as especificidades, quer materiais e topográficas das cidades, quer relativas ao nível social e económico dos seus proprietários locais (HABINEK; SCHIESARO, 1998; WALLACE-HADRILL, 2008). Essa linguagem passa pelo urbanismo e pela arquitetura, atingindo os bens consumíveis, desde os alimentos a uma gama variada de produtos.

Em relação à arquitetura doméstica hispânica, parece-nos bastante evidente que se trata de um processo lento e constante de racionalização teórica e instrumental dos modelos produzidos e desenvolvidos em Itália, ainda que alguns dos seus traços remontem às tradições helenísticas do Oriente, cuja consequência foi a sistematização das práticas e das técnicas construtivas, bem como a emulação do seu léxico, fenómeno observável tanto nas *coloniae* e grandes cidades de fundação romana, como nos aglomerados de matriz indígena, com exemplares observáveis um pouco por toda a Península Ibérica (AA.VV., 1991).

A sociedade provincial foi-se formando como resultado da interação entre as velhas elites indígenas e a população itálica que desde época republicana se foi fixando na Península Ibérica. Esta interação permitiu o surgimento de uma nova elite hispano-romana que reelaborou os aspetos essenciais das funções sociais associadas aos espaços da casa de prestígio. Dispor de grandes vestíbulos para impressionar a clientela, fossem átrios ou simples vestíbulos e de jardins porticados, com salões de receção para convidar os seus iguais (*convivium*), acabou sendo um traço distintivo da casa dos personagens principais de uma qualquer cidade, fossem eles personagens de origem itálica, ou hispânica.

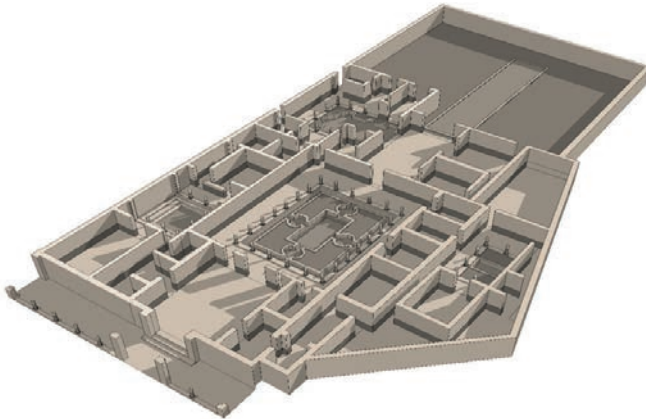
A aplicação do léxico itálico pode ser bem percebida nos contextos arquitetônicos domésticos de Conimbriga, com destaque para a “Casa de Cantaber” e a “Casa dos Repuxos” (Figuras 3 e 4). A cidade está localizada na província da Lusitânia, na parte central do *conventus Scallabitanus*, nas proximidades da margem sul do Baixo Mondego, eixo fluvial navegável, cuja planície aluvial é bastante fértil, aspetos que certamente tiveram influência na sua implantação. Por outro lado, os antecedentes fundacionais de Conimbriga apontam para a existência de um núcleo pré-romano lusitano, conquistado por Roma nos finais do século II a.C., no fim das chamadas Guerras Lusitanas (ALARCÃO, 1988; 1990). Todavia, a cidade adota um urbanismo romano apenas no período de Augusto, quando foi ocupada por uma elite pequena, mas bastante abastada, pertencente ao *ordo decurionum*, que detinha mais da metade da área construída do núcleo urbano (CORREIA, 2010, p. 261-262).

O urbanismo de Conimbriga reflete a sua dilatada história e evolução cultural, em que as suas ruas, de traçado irregular, se adaptam à topografia para garantir a acessibilidade do espaço urbano a partir das vias que comunicavam com o território. Por outro lado, a evolução sociocultural do aglomerado, a partir da época de Augusto e ao longo dos séculos I e II, determinou a intensificação das construções com a edificação de equipamentos públicos que eram exigidos por um centro urbano com as características de Conimbriga, de que são exemplo as sucessivas fases do *forum* e a construção das grandes termas públicas. No entanto, as velhas ruas do aglomerado urbano determinavam o sistema de propriedade privada do solo, pelo que tiveram de ser mantidas, tendo as termas e o foro ficado condicionados pelo velho sistema viário, tendo-se conservado a estrutura urbana hierárquica, um claro resultado dos fluxos que geravam as atividades urbanas e a comunicação com o território.



A elite de Conimbriga teve que se adaptar a esta dinâmica urbana profunda, tendo conseguido lotes de terreno significativos, ainda que sempre e inevitavelmente com um perímetro de parcela irregular, em função das suas possibilidades económicas e da sua posição social. Assim, o traçado oblíquo das ruas, ou as formas de terreno triangulares condicionaram a implantação das grandes casas de Conimbriga, o que, aparentemente, longe de ser um problema, constituiu um estímulo para encontrar soluções arquitetónicas inovadoras sem renunciar a composições que se esperavam da casa de um notável da cidade.

**Figura 3** – Reconstituição planimétrica da “Casa de Cantaber” em *Conimbriga*



Fonte: Autoria própria

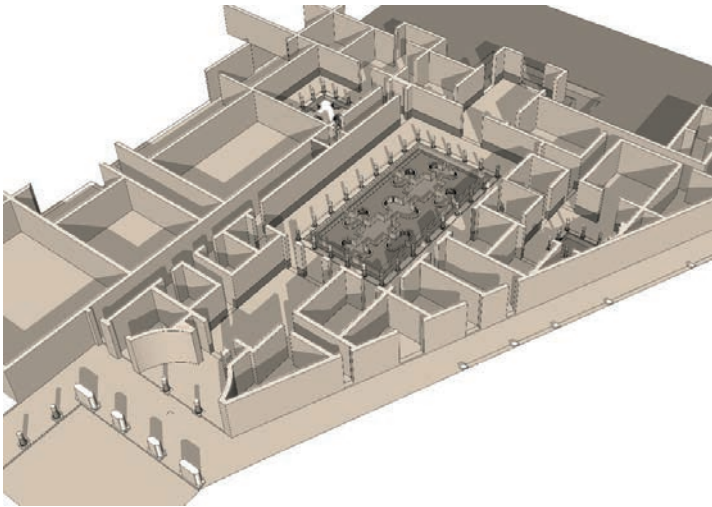
A “Casa de Cantaber” e a “Casa dos Repuxos” são casos excepcionais de unidades domésticas peninsulares, com áreas de implantação de grandes dimensões, respetivamente com 3260m<sup>2</sup> e 2890m<sup>2</sup> (Figuras 3 e 4). Uma vez que os limites físicos dos lotes

onde as casas foram construídas não restringiram as capacidades de crescimento, elas desenvolvem-se exclusivamente no rés-de-chão e apresentam uma complexa abundância de espaços abertos a estruturar as dezenas de compartimentos onde eram executadas as principais atividades da família, com grande sumptuosidade e uma riquíssima decoração pictórica e musiva (PESSOA, 2005; CORREIA, 2010).

A análise da planta da “Casa de Cantaber” e da “Casa dos Repuxos” torna evidente a sua organização rigorosa com base num eixo longitudinal que é também visual (Figuras 3 e 4). O vestíbulo monumental da “Casa de Cantaber”, que poderíamos denominar átrio testudinado, dá acesso à casa, comunicando com o peristilo através de uma porta tripla, simétrica (*trifora*). O jardim interior segue na sua ordenação esse eixo principal e remata num grandioso *oecus*, uma grande sala de representação, em torno da qual se organizavam os espaços de serviço para a celebração de grandes banquetes. Estes três elementos, perfeitamente alinhados, foram sem dúvida o primeiro estandarte cultural do proprietário que encomendou a casa e que os construtores tiveram que respeitar apesar das irregularidades da parcela. Isso é particularmente evidente na “Casa dos Repuxos”, onde a forma triangular da parcela obrigou a colocar este eixo de forma oblíqua. Ora, para garantir a monumentalidade do acesso oblíquo desenhou-se uma êxedra semicircular que se articulava com o porticado da rua. A casa possui um desenho hábil que se adaptou às expectativas do *dominus* e às dificuldades da parcela, oferecendo a casa um bom impacto urbano expresso através do eixo longitudinal principal. Naturalmente que a ideia do eixo longitudinal representa um dos elementos mais recorrentes na tradição da casa de átrio e peristilo de tradição helenística. Ainda que desapareça o átrio como conceito espacial, este é substituído por um monumental vestíbulo, cuja complexidade arquitetónica

manteve os valores que, na tradição republicana, se atribuíam ao binómio *atrium/tablinum*. Ainda que o desenho do átrio/vestíbulo tivesse sido determinado pela sua função representativa inicial, o dono da casa requeria elementos arquitetónicos secundários, como portas, grades e cortinas que facilitavam usos diferentes dos espaços (LAURENCE, 1994).

**Figura 4** – Reconstituição da planta da “Casa dos Repuxos” em *Conimbriga*



Fonte: Autoria própria

A *trifora* presente nas duas casas de Conimbriga apresentava esta conceção ambivalente. Quando as portas estavam abertas reforçavam a imagem do *dominus* no centro da porta central, mais larga que alta, importante na receção aos clientes, quando a imagem do proprietário era reforçada pela simetria das três portas e pela imagem do jardim paradisíaco nas suas costas (JASHEMSKI, 1979). Quando o uso do peristilo requeria uma maior intimidade,

como é o caso de um banquete oferecido a iguais no triclínio, com nove participantes, a *trifora* facilitava o encerramento das portas e a privacidade do peristilo. Em ambas as casas, o vestíbulo de recepção contava com cubículos subsidiários e corredores que permitiam chegar aos espaços de serviço no fundo da casa, sem atravessar a *trifora* ou o jardim e molestar assim os participantes no banquete íntimo. Os respetivos *oeci* situados ao fundo do peristilo são concebidos como o espaço privilegiado da casa com as suas dependências secundárias para tornar mais ameno o ritual do *convivium* entre iguais (DUNBABIN, 1996).

Quando os proprietários das duas casas de Conimbriga decidiam abrir as suas portas para um banquete massivo com dezenas de convidados, a solução da *trifora* facilitava a organização do evento e o fácil acesso ao peristilo (DUBOULOZ; ROBERT, 2016, p. 59-84). Nesse caso, o peristilo adquiria um maior protagonismo, permitindo distribuir numerosos leitos e mesas que acomodavam os numerosos convidados. O banquete de *Trimalquio*, na obra *Satyricon*, de Petrónio, constitui uma excelente descrição, ainda que caricatural, do uso extraordinário de numerosos *cubicula* e de pórticos para todos os admitidos para o festim (VEYNE, 1991, p. 13-87). A hierarquia social dos convidados deveria espelhar-se na sua maior ou menor proximidade com o triclínio em que se dispunha o *dominus* e os convidados honoráveis. Significativamente, neste tipo de banquetes inverte-se a relação visual dos participantes, pois se num banquete restrito os convidados tinham a possibilidade de contemplar o exterior desde um triclínio único, no banquete alargado criava-se uma pirâmide visual para que os convidados de menor estatuto pudessem visualizar o triclínio principal, onde se banquetevam os personagens principais, posicionadas no *oecus* principal (BEK, 1986).

Nos exemplares da “Casa de Cantaber” e da “Casa dos Repuxos” os compartimentos apresentam uma hierarquia, a

qual é estabelecida a partir de duas perspectivas (Figuras 3 e 4). Em primeiro lugar, a dimensão das salas sugere as funções que elas haviam tido e permitem interpretar os espaços, sobretudo quando apenas temos os dados arquitetônicos. As principais salas são grandes, e isso está relacionado com as funções que desempenhavam. Por outro lado, a localização dos espaços é estruturante na definição do papel que assumem, o que era estabelecido a partir da inter-relação visual que eles apresentam. Nesse sentido, a implantação de um compartimento no eixo longitudinal da casa, ou seja, no alinhamento formado pela entrada e pelo espaço aberto, garantia uma capacidade visual privilegiada sobre este espaço. Em contrapartida, o eixo transversal e as esquinas apresentam uma visibilidade parcial.

Na “Casa de Cantaber” é muito evidente o modo como se criam três subconjuntos de compartimentos em torno de três peristilos secundários. Dois deles, dispostos à esquerda e à direita do peristilo principal, são completamente autônomos em relação ao eixo axial principal. O da esquerda dispõe de uma sala retangular que conta com o seu jardim privado e as dependências. O peristilo da direita dispõe ainda de um grande ninfeu/fonte que domina o jardim porticado. Ambos os conjuntos são acessíveis mediante corredores que nascem no grande vestíbulo. Estas unidades arquitetônicas segregadas aparecem com frequência nas *villae* tardias da *Hispania*, tendo sido interpretadas como espaços associados à vida privada dos proprietários. Trata-se de espaços que foram tradicionalmente considerados como compartimentos privados do *dominus* e/ou da *domina*, utilizando-se o conceito de *dietae* para os referir (MAR; VERDE, 2008).

Os peristilos secundários mostram a flexibilidade que se exige ao projeto da casa e a necessidade de controlar a acessibilidade aos distintos espaços que formam o edifício. Trata-se de áreas extremadamente privadas que serviam para as funções

que os usuários pretendiam desenvolver na intimidade, desde dormir até outro tipo de atividades que deviam ser realizadas sem testemunhas incômodas, como negócios, tratamento de assuntos delicados ou mesmo um banquete em que se pretendiam tratar questões importantes (ANGUISSOLA, 2010).

### **Algumas considerações sobre forma, funcionalidade e usos do espaço na *domus romana***

A disposição dos compartimentos de uma habitação devia ser projetada pelo arquiteto segundo as instruções dadas pelo proprietário. No primeiro momento, as partes que compõem a casa, bem como os subconjuntos de salas, seriam pensadas de acordo com as funções que elas exerceriam tendo-se em consideração a composição e a natureza das atividades e dos bens da família, como a instalação de *tabernae*, com abertura interna para comercializar os produtos vindos da *villa* do *dominus*, ou a quantidade de *cubicula* compatíveis com o número de elementos do agregado familiar.

Todavia, uma coisa é a função dada a determinado compartimento, outra é o uso que aquele espaço teria de facto. Assim, é preciso distinguir a função e o uso dos espaços, conceitos que significam e operacionalizam atividades distintas. Na verdade, a vida de uma habitação após a sua construção e o modo como os seus espaços foram utilizados dependia, em grande medida, do estatuto e da história da família, os quais poderiam sofrer significativas alterações ao longo dos anos, como o início de uma nova atividade comercial, a entrada na política ou o nascimento de filhos. Neste sentido, associar a função que se imagina que um compartimento poderia possuir ao uso que ele teria tido de facto, tendo por base aspetos meramente arquitetónicos, pode

conduzir a erros grosseiros de interpretação, sendo importante dispor de outro tipo de dados materiais para garantir uma melhor interpretação dos espaços de uma habitação (ALLISON, 1999; 2002; WALLACE-HADRILL, 2015).

A polifuncionalidade dos *cubicula* constitui um excelente exemplo da versatilidade que temos que imaginar para realizar uma adequada interpretação da funcionalidade dos espaços de uma casa romana (RIGGSBY, 1977). O chamado *cubiculum* das casas de elite de Roma e das cidades da baía de Nápoles constituía um compartimento que enchia os espaços residuais entre o conjunto peristilo-átrio-*oecus* e os limites da parcela. Tal como sublinha Vitruvius (6, 5, 1), estavam destinados a funções de distinto tipo e os estranhos à casa só aí podiam aceder como convidados. Em princípio, este pequeno compartimento estava destinado ao descanso noturno e às atividades sexuais. Plínio, o Jovem, quando descreve a sua *villa* laurentina (Ep., 2, 17, 4), ao enumerar as funções dos *cubicula* distinguia os destinados ao descanso com o designativo de *cubiculum noctis et somnis*. No entanto, sabemos que os *cubicula* também podiam servir para a receção dos conhecidos, amigos mais ou menos próximos, parentes e, em particular, para a gestão dos negócios.

Assim, a hierarquia visual dos espaços da casa atua de modo a estabelecer a hierarquia social dos convidados, estando as pessoas com maior estatuto no compartimento principal junto com o anfitrião, visto por todos, enquanto os demais detinham apenas uma visibilidade parcial (MAR, 2008, p. 25-31). A parte central da “Casa de Cantaber” permite evidenciar singularmente esse fenómeno. Aí o grande *triclinium* centrado está no meio de uma série de compartimentos distribuídos em redor dos espaços abertos da habitação, detendo um controlo visual sobre eles por meio de janelas voltadas aos jardins, sendo preciso não esquecer que essa casa estava preparada para

receber mais de uma centena de convidados para uma festa organizada pelo *dominus*, pelo que precisaria de integrar os seus espaços de forma a garantir a visibilidade do anfitrião e o acesso a ele (CORREIA, 2010, p. 95-99).

Enquanto os banquetes retratavam a vida pública da família no seu máximo expoente, os *cubicula* estabeleciam funções fundamentalmente opostas. De facto, os espaços destinados a dormitórios apresentam, regra geral, dimensões bastante reduzidas e geralmente são os espaços mais privados da casa, aspeto materializado pela existência de portas que os encerravam, diferentemente das salas destinadas à receção de pessoas, que possuíam cortinas para sinalizar as entradas.

## Referências

### Documentação textual

- PLINY THE YOUNGER. *Letters*: books 1-7. Translated by Betty Radice. Cambridge: Harvard University Press, 1969. 1 v.
- VITRUVIUS. *On Architecture*: books VI-X. Translated by Frank Granger. Cambridge: Harvard University Press, 1934.

### Obras de apoio

- AAVV. *La casa urbana hispanorromana: ponencias y comunicaciones*. Zaragoza: Institución Fernando el Católico, 1991.
- ALARCÃO, J. *O domínio romano em Portugal*. Lisboa: Europa-América, 1988.
- ALARCÃO, J. Portugal. Das origens à romanização. In SERRÃO, J.; MARQUES, O. (Dir.). *Nova história de Portugal*. Lisboa: Presença, 1990. v. 1.



- ALFÖLDY, G. Um *cursus* senatorial de Bracara Augusta. *Revista de Guimarães*, v. 76, n. 3-4, p. 363-372, 1966.
- ALFÖLDY, G. *Fasti Hispanienses*. Senatorische Reichsbeamte und Offiziere in den spanischen Provinzen des römischen Reiches von Augustus bis Diokletian. Steiner: Wiesbaden, 1969.
- ALFÖLDY, G. *Flamines prouvinciae Hispaniae citerioris*. *Anexos do Archivo Español de Arqueología*, n. 6, 1973.
- ALFÖLDY, G. Los *Baebii* de *Saguntum*. *Serie de trabajos varios*, n. 56, 1977.
- ALLISON, P. M. Labels for ladles: interpreting the material culture of Pompeian households. In: PENELOPE MARY, A. (Ed.). *The archaeology of household activities*. London: Routledge, 1999, p. 57-77.
- ALLISON, P. M. *Pompeian households: an analysis of the material culture*. Los Angeles: Cotsen Institute of Archaeology, 2002.
- ANGUISSOLA, A. *Intimità a Pompei: riservatezza, condivisione e prestigio negli ambienti ad alcova di Pompei*. Roma: Walter de Gruyter, 2010.
- BEK, L. *Quaestiones conviviales: the idea of the triclinium and the staging of convivial ceremony from Rome to Byzantium*. *Analecta Romana Instituti danici*, n. 12, p. 83-107, 1986.
- BELTRÁN DE HEREDÍA, J. (Ed.). *De Barcino a Barcinona (siglos I-VII): los restos arqueológicos de la Plaza del Rey de Barcelona*. Barcelona: Museo de Historia de la Ciudad, 2001.
- BELTRÁN LLORIS, M. La colonia Celsa. In: BELTRÁN LLORIS, M. *et al. La casa urbana hispanorromana: ponencias y comunicaciones*. Zaragoza: Institución Fernando El Católico, 1991, p. 131-164.
- CORRALES ÁLVAREZ, A. *La arquitectura doméstica de Augusta Emerita*. Cáceres: Universidad da Extremadura, 2014.
- CORREIA, V. *A Arquitectura doméstica de Conímbriga e as estruturas económicas e sociais da cidade romana*. Coimbra: FLUC, 2010.

- CORTÉS VICENTE, A. *L'arquitectura domèstica de les ciutats romanes de Catalunya*. Tarragona: Universitat Autònoma de Barcelona e Institut Català d'Arqueologia Clàssica, 2009.
- CRUZ, G. Northern Portugal in the transition of era: from the hillforts, through the oppida, till the roman integration. In: FONTES, L.; CRUZ, G.; ALVES, M. (Ed.). *Actas do Simpósio Internacional*. Braga: UAUM, 2018, p. 73-89.
- DUBOULOZ, J., ROBERT, R. Les banquets publics à la fin de la République: usages sociaux, espaces et représentation. *Dialogues d'Histoire Ancienne*, v. 42, n. 2, p. 59-84, 2006.
- DUNBABIN, K. M. Convivial spaces: dining and entertainment in the Roman villa. *Journal of Roman Archaeology*, n. 9, p. 66-80, 1996.
- FARIA, A. Algumas questões em torno da fundação de Augusta Emerita. *Revista Portuguesa de Arqueologia*, v. 1, n. 1, p. 161-167, 1998.
- GARCÍA-ENTERO, V. Los balnea domésticos – ámbito rural y urbano – en la Hispania Romana. *Anejos de AEspA.*, n. 37, 2005.
- GONZÁLEZ RUIBAL, A. *Galaicos: poder y comunidad n el Noroeste de la Península Ibérica (1200 a.C. – 50 d.C.)*. A Coruña: Museo Arqueológico e Histórico da Coruña, 2006/2007.
- GROS, P. *L'Architecture romaine: du début du IIIe siècle av. J.-C. à la fin du Haut Empire: maisons, palais, villas et tombeaux*. Paris: Picard, 2006.
- HABINEK, T., SCHIESARO, A. *The Roman cultural revolution*. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.
- JASHEMSKI, W. *The gardens of Pompeii, Herculaneum, and the villas destroyed by Vesuvius*. New Rochelle: Caratzas Brothers, 1979.
- LAURENCE, R. *Roman Pompeii: space and society*. London: Routledge, 1994.
- MAGALHÃES, F. *A domus romana no Noroeste Peninsular: construção, arquitetura e sociabilidades*. Braga: Universidade do Minho, 2019.

- MAR, R. La construcción pública en las ciudades Hispanas. Los agentes de la construcción. In: CAMPOREALE, S. *et al.* *Arqueología de la construcción I. Los procesos constructivos en el mundo romano: Italia y las provincias occidentales*, Mérida: Actas del Workshop Arqueología de la Construcción, 2008.
- MAR, R.; RUIZ DE ARBULO, J. *Ampurias romanai: história, arquitectura y arqueologia*, Sabadell: AUSA, 1993.
- MAR, R.; VERDE, G. Las villas romanas tardoantiguas: cuestiones de tipología arquitectónica, In: FERNÁNDEZ OCHOA, C.; GARCÍA-ENTERO, V.; GIL SENDINO, F. (Ed.). *Las villae tardorromanas en el Occidente del Imperio: arquitectura y función*. Gijón: IV Coloquio Internacional de Arqueología en Gijón, 2008, p. 49-83.
- MARTINS, M. *O povoamento proto-histórico e a romanização da bacia do curso médio do Cávado*. Braga: Cadernos de Arqueologia, 1990.
- MARTINS, M. *et al.* The housing evolution of Braga between Late Antiquity and the Early Middle Ages. *Arqueologia Medieval*, v. 8, p. 35-52, 2016.
- MARTINS, M *et al.* Topografía e urbanismo fundacional de *Bracara Augusta*, In: DOPICO CAÍNZOS, M.; VILLANUEVA ACUÑA, M. (Ed.). *Roma nata, per Italiam fusa, in provincias manat: a cidade romana no Noroeste, novas perspectivas*. Lugo: Servizo de Publicacións da Deputación de Lugo, 2017, p. 203-226.
- NEVETT, L. *House and society in the ancient Greek world*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.
- PESANDO, F. *Oikos e ktisis: la casa greca in età classica*. Perugia: Quasar, 1987.
- PESSOA, M. Contributo para o estudo dos mosaicos romanos no território das *civitates* de *Aeminium* e de *Conimbriga*. *Revista Portuguesa de Arqueologia*, v. 8, n. 2, p. 363-401, 2005.
- RASCÓN MARQUÉS, S.; SÁNCHEZ MONTES, A. L. “Complutum” de la ciudad clásica a la deconstruida a través de 700 años

- de historia, In: VAQUERIZO GIL, D.; GARRIGUET MATA, J. A. E LEÓN MUÑOZ, A. (Coord.). *Ciudad y territorio: transformaciones materiales e ideológicas entre la época clásica y el Altomedioevo*. Córdoba: Universidad de Córdoba, 2014, p. 309-324.
- RASCÓN MARQUÉS, S.; SÁNCHEZ MONTES, A. L. La ciudad romana de *Complutum*: nuevos datos, nuevas interpretaciones. *Zona arqueológica*, v. 20, n. 1, p. 127-143, 2017.
- RIGGSBY, A. Public and private in Roman culture: the case of the *cubicum*. *Journal of Roman Archaeology*, n. 10, p. 36-56, 1977.
- SÁNCHEZ BARRERO, P. Nuevos datos sobre el trazado viario urbano de *Augusta Emerita* en el cerro del Calvario. *Memoria*, n. 10, p. 113-119, 2007.
- SÁNCHEZ MONTES, A. Aportaciones al conocimiento de la casa privada romana en España: la *domus* en la ciudad de *Complutum*. In: BENDALA GALÁN, M. et al. *Actas de las octavas jornadas de Patrimonio Arqueológico en la Comunidad de Madrid*. Madrid: Dirección General de Patrimonio Histórico, 2011, p. 171-182.
- SASTRE, I. Onomástica y relaciones políticas en la epigrafía del *conventus Asturum* durante el Alto Imperio. *Anejos de Archivo Español de Arqueología*, n. 25, 2002.
- SILVA, A. *A cultura castreja no Noroeste de Portugal*. Paços de Ferreira: Museu Arqueológico da Citânia de Sanfins, 1986.
- VEYNE, P. *La société romaine*. Paris: Seuil, 1991.
- WALLACE-HADRILL, A. *Rome's cultural revolution*. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.
- WALLACE-HADRILL, A. What makes a Roman rouse a “Roman rouse? In: TUORI, K.; NISSIN, L. (Ed.). *Public and private in the Roman house and society*. Portsmouth: JRA Supplementary, 2015, p. 177-186.